



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 76, DE 2023

(n° 545/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 545

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2023.

Brasília, 19 de Outubro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS**, ministra de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 798/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Cooperativa da Guiana.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/10/2023, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4684634** e o código CRC **A292D4C1** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS

informações pessoais

20/12/1961

informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1988	Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará
1994	Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) - Instituto Rio Branco (IRBr)
1996	Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
2003	Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
2003	Curso de Extensão em Relações Internacionais pela New York University, Nova York/EUA
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - IRBr
2009	LIV Curso de Altos Estudos (CAE) - IRBr - Título da Tese: Brasil - Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais

Cargos:

1995	Terceira-secretária
2000	Segunda-secretária
2005	Primeira-secretária, por merecimento
2008	Conselheira, por merecimento
2013	Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1995-2000	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e subchefe
2000-2004	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunta
2004-2006	Divisão da América Meridional I, assistente e subchefe
2006-2009	Embaixada em Bogotá, primeira-secretária e encarregada de negócios
2009-2011	Embaixada em Lisboa, conselheira, chefe do Setor de Promoção Comercial
2011-2016	Divisão da ASEAN e Timor-Leste, chefe
2016-2019	Embaixada em Abu Dhabi, ministra-conselheira e encarregada de negócios
2019-2021	Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura, assessora técnica
2021-2022	Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos - SCAEC, assessora
2022-2023	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assessora da Diretoria-Geral, chefe da Assessoria de Relações Internacionais e chefe da Assessoria Administrativa e de Apoio
2023-	Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica

Publicações:

1994	O Alienista de Machado de Assis, <i>in</i> Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC)
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS

informações pessoais

20/12/1961

informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1988	Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará
1994	Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) - Instituto Rio Branco (IRBr)
1996	Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
2003	Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
2003	Curso de Extensão em Relações Internacionais pela New York University, Nova York/EUA
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - IRBr
2009	LIV Curso de Altos Estudos (CAE) - IRBr - Título da Tese: Brasil - Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais

Cargos:

1995	Terceira-secretária
2000	Segunda-secretária
2005	Primeira-secretária, por merecimento
2008	Conselheira, por merecimento
2013	Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1995-2000	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e subchefe
2000-2004	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunta
2004-2006	Divisão da América Meridional I, assistente e subchefe
2006-2009	Embaixada em Bogotá, primeira-secretária e encarregada de negócios
2009-2011	Embaixada em Lisboa, conselheira, chefe do Setor de Promoção Comercial
2011-2016	Divisão da ASEAN e Timor-Leste, chefe
2016-2019	Embaixada em Abu Dhabi, ministra-conselheira e encarregada de negócios
2019-2021	Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura, assessora técnica
2021-2022	Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos - SCAEC, assessora
2022-2023	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assessora da Diretoria-Geral, chefe da Assessoria de Relações Internacionais e chefe da Assessoria Administrativa e de Apoio
2023-	Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica

Publicações:

1994	O Alienista de Machado de Assis, <i>in</i> Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC)
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA CRISTINA DE CASTRO MARTINS

informações pessoais

20/12/1961

informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1988	Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará
1994	Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD) - Instituto Rio Branco (IRBr)
1996	Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará
2003	Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília/DF
2003	Curso de Extensão em Relações Internacionais pela New York University, Nova York/EUA
2004	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) - IRBr
2009	LIV Curso de Altos Estudos (CAE) - IRBr - Título da Tese: Brasil - Colômbia: países próximos, vizinhos distantes. A cooperação técnica como estratégia de aproximação das relações bilaterais

Cargos:

1995	Terceira-secretária
2000	Segunda-secretária
2005	Primeira-secretária, por merecimento
2008	Conselheira, por merecimento
2013	Ministra de segunda classe, por merecimento

Funções:

1995-2000	Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente e subchefe
2000-2004	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunta
2004-2006	Divisão da América Meridional I, assistente e subchefe
2006-2009	Embaixada em Bogotá, primeira-secretária e encarregada de negócios
2009-2011	Embaixada em Lisboa, conselheira, chefe do Setor de Promoção Comercial
2011-2016	Divisão da ASEAN e Timor-Leste, chefe
2016-2019	Embaixada em Abu Dhabi, ministra-conselheira e encarregada de negócios
2019-2021	Departamento de Promoção de Energia, Recursos Minerais e Infraestrutura, assessora técnica
2021-2022	Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos - SCAEC, assessora
2022-2023	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, assessora da Diretoria-Geral, chefe da Assessoria de Relações Internacionais e chefe da Assessoria Administrativa e de Apoio
2023-	Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica

Publicações:

1994	O Alienista de Machado de Assis, <i>in</i> Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC)
------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

GUIANA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Setembro de 2023

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Cooperativa da Guiana
CAPITAL	Georgetown
ÁREA	214.969 km ²
POPULAÇÃO (Banco Mundial, 2022)	808 mil
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Presidente Mohamed Irfaan Ali (Desde 02/08/2020)
CHANCELER	Hugh Todd (Desde 05/08/2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2023)	USD 16,31 bilhões
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (FMI, 2023)	USD 20,54 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2023)	38% (2023, projeção); 62,3% (2022); 20,1% (2021); 43,5% (2020); 4,7% (2019), 4,1% (2018); 2,1% (2017); 3,4% (2016); 3,1% (2015); 3,9% (2014); 5,0% (2013).
IDH (PNUD, 2022)	0,714 (108º DE 191 PAÍSES)
EXPECTATIVA DE VIDA (BANCO MUNDIAL, 2021)	66 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2021)	89%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BANCO MUNDIAL, 2022)	12,4%
ENCARREGADO DE NEGÓCIOS EM BRASÍLIA	Vernon Robinson
EMBAIXADOR EM GEORGETOWN	Maria Clara Duclos Carisio
BRASILEIROS NO PAÍS	Entre 8-15 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões, valores aproximados)

BRASIL-GUIANA	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (jan-ago)
Intercâmbio total	41,8	47,2	58,1	118,6	830,0	1.046,7
Exportações	40,3	46,9	41,1	111,7	262,2	249,3
Importações	1,6	0,3	17,0	6,9	567,8	797,4
Saldo	38,7	46,6	24,1	104,9	-305,6	-548,1

Principais produtos da pauta comercial (2023, jan-ago)

- **Exportações:** Tubos e perfis ocos, e acessórios para tubos, de ferro ou aço (35%); torneiras, válvulas e dispositivos semelhantes (32%); farelos de soja e outros alimentos para animais, farinhas de carnes e outros animais (5%); milho não moído, exceto milho doce (2%) e demais produtos da indústria de transformação (26%)
- **Importações:** Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (99,8%).

APRESENTAÇÃO

Situada ao norte da América do Sul, do lado Atlântico, a Guiana faz fronteira com o Brasil ao sul e sudoeste, com a Venezuela a oeste e com o Suriname a leste. A população guianesa é de aproximadamente 808 mil habitantes, segundo estimativa do Banco Mundial para o ano de 2022. Com 214.969 km² de território, é o terceiro menor país da América do Sul, à frente apenas de Uruguai e Suriname.

O país conquistou sua independência em relação ao Reino Unido em 1966 e estabeleceu relações bilaterais com o Brasil dois anos depois, em 1968. O cinquentenário das relações diplomáticas entre os dois países, em 2018, mereceu celebrações tanto na Guiana como no Brasil, inclusive com o lançamento de selos comemorativos.

A ponte sobre o rio Tacutu, construída pelo exército brasileiro e inaugurada em 2009, é um marco da integração física entre os dois países, permitindo a ligação viária entre Brasil e Guiana, conectando os municípios de Bonfim, no estado de Roraima, e Lethem, na região IX da Guiana.

Em anos recentes, a Guiana deu início à exploração de relevantes jazidas de petróleo e gás, e busca consolidar marco legal para o setor. Desde 2015, foram confirmadas reservas de mais de 11 bilhões de barris de petróleo. Estima-se que as reservas de gás natural possam ascender a 56 trilhões de metros cúbicos. A atividade petrolífera tem permitido ao país alcançar as mais altas taxas de crescimento no mundo. Em 2022, o país cresceu 62,3% (FMI). Em 2023, deverá crescer 38% (FMI, projeção).

Desde 2021, com o início da exploração e produção de hidrocarbonetos na Guiana, vem-se observando importante crescimento da corrente comercial bilateral. O comércio entre Brasil e Guiana mais do que dobrou entre 2020 e 2021 e registrou aumento ainda mais expressivo em 2022, quando atingiu o patamar de USD 830 milhões (aumento de 599% em comparação com 2021).

Sede da Secretaria Executiva da Comunidade do Caribe-CARICOM, a Guiana tem forte identidade caribenha. Em décadas recentes, o perfil sul-americano do país vem sendo fortalecido. A Guiana tem explorado também a sua condição amazônica. Com 93,5% do seu território coberto por florestas tropicais (FAO, 2021), encontra-se entre os poucos países considerados neutros em termos de emissão de carbono.

A Guiana é Estado associado ao MERCOSUL e membro da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

PERFIS BIOGRÁFICOS



Presidente da República, Irfaan Ali. Nasceu em 25 de abril de 1980, em Leonora. É doutor em planejamento urbano e regional pela *University of the West Indies*, Jamaica. Eleito para a Assembleia Nacional da Guiana em 2006, foi nomeado para o cargo de ministro de Moradias e de Águas em 2009. Posteriormente, assumiu de maneira concomitante o ministério de Turismo, Indústria e Comércio durante o governo do *People's Progressive Party/Civic* (PPP/C). Após derrota eleitoral de seu partido em 2015, foi presidente do Comitê de Contas Públicas e vice-presidente do Comitê Setorial de Serviços Econômicos do Parlamento da Guiana. Foi eleito Presidente da República, pelo Congresso guianês, em agosto de 2020, para mandato de 5 anos.



Primeiro-Ministro e Primeiro Vice-Presidente, Mark Anthony Phillips. Nascido em 5 de outubro de 1961, é oficial militar reformado. Nomeado primeiro-ministro da Guiana e primeiro vice-presidente sob o governo do presidente Irfaan Ali, desde agosto de 2020. Encerrou a carreira militar como brigadeiro, após 36 anos de serviço, tendo recebido a Estrela do Serviço Militar, a honraria militar mais alta da Guiana. Graduou-se em Ciências Sociais e em Administração Pública, pela Universidade da Guiana, tendo obtido grau de mestre em Administração Pública, pela Pontifícia Universidade Católica Madre y Maestra, na República Dominicana, além de duas outras pós-graduações, uma em Defesa Avançada e Estudos de Segurança, pelo Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, Estados Unidos, e outra em Estudos de Defesa, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, em Fort Leavenworth, Kansas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Guiana dividem 1.605 km de fronteira, e histórico de cooperação e amizade. A agenda bilateral com a Guiana abrange diversas áreas estratégicas: integração física, cooperação energética, relações econômico-comerciais, cooperação em matéria de segurança e defesa, desenvolvimento fronteiriço e cooperação técnica.

Em 1968, dois anos depois da declaração de independência da ex-colônia britânica, o Vice-Primeiro-Ministro Ptolemy Reid visitou o Brasil, ocasião em que se firmou acordo cultural e estabeleceram-se as relações bilaterais. Em 1971, o então Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa viajou a Georgetown. Foi o primeiro chanceler latino-americano a visitar a Guiana, o que revela a importância atribuída pelo Brasil à plena incorporação diplomática do novo Estado à América do Sul desde a sua criação.

Os vínculos entre Brasil e Guiana foram aprofundados a partir da década de 1990, com o aumento do número de brasileiros que passaram a residir no país vizinho. Em 2001, foi assinado Acordo de Alcance Parcial (AAP), no âmbito da ALADI, que entrou em vigor em 2004, estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens. Em 2018, os dois países celebraram os 50 anos do estabelecimento de relações diplomáticas.

O bom relacionamento entre Brasil e Guiana se reflete nos contatos de alto nível entre os dois governos. O Presidente Irfaan Ali, acompanhado do Chanceler Hugh Todd, participou das cerimônias de posse presidencial, em janeiro deste ano, e da Cúpula dos Países da América do Sul, em 30 de maio, ocasião em que os dois presidentes mantiveram reunião bilateral à margem da Cúpula. Em agosto, o Primeiro-Ministro Mark-Anthony Phillips representou o país na Cúpula da Amazônia, em Belém. Por sua vez, o Ministro de Relações Exteriores Mauro Vieira realizou visita oficial a Georgetown em 12 de maio último.

São frequentes também os contatos de autoridades guianesas com o governo e parlamentares do estado de Roraima. Constam da pauta de interesse do estado fronteiriço temas como projetos de infraestrutura, as relações comerciais e oportunidades de investimentos, particularmente na área agrícola. As exportações roraimenses para a Guiana têm crescido significativamente, com potencial de expansão também para os mercados do Suriname, do Caribe e da América Central: se Roraima exportou apenas USD 1,6 milhões para a Guiana em 2018, esse valor subiu para USD 11,6 milhões em 2022 e apenas de janeiro a agosto de 2023, já atingiu o patamar de USD 23,4 milhões – o que indica que as exportações do estado para o país vizinho devem pelo menos triplicar no corrente ano.

Em 2012, a Guiana ingressou no MERCOSUL na condição de Estado Associado. Além de Estado associado do MERCOSUL, a Guiana é país membro da OTCA, da UNASUL e da OEA. Brasil e Guiana compartilham o mesmo assento no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Comércio e economia

Até 2020, o intercâmbio comercial do Brasil com a Guiana se caracterizava por cifras modestas e por saldos favoráveis ao lado brasileiro. Desde 2021, no entanto, a situação vem mudando sensivelmente, em função da exploração e produção de petróleo e gás na Guiana. O comércio, que era de apenas USD 29,6 milhões em 2015, mais do que dobrou entre 2020 e 2021 e registrou aumento ainda mais expressivo em 2022, quando atingiu o patamar de USD 830 milhões (aumento de 599% em comparação com 2021), com grande superávit guianês (USD 305 milhões) e importantes mudanças qualitativas.

Apenas nos primeiros 8 meses de 2023, o comércio bilateral já atingiu o patamar de USD 1,04 bilhão, novamente com forte superávit guianês (de USD 548 milhões).

A Guiana, que historicamente exportava arroz ao Brasil, passou, em 2022, a exportar quase exclusivamente óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos. De janeiro a agosto de 2023, 99,8% das importações brasileiras foram desses produtos.

A pauta exportadora brasileira também sofreu alterações recentemente. Às vendas usuais de carnes, peixe congelado, farelo e óleo de soja, máquinas agrícolas e tratores, somaram-se insumos e produtos para a indústria petrolífera: em 2023, tubos, dispositivos para canalização, válvulas e material de construção, além de demais produtos da indústria de transformação representaram 93% das exportações brasileiras ao país.

Infraestrutura e integração física

Área relevante da agenda bilateral é a de integração fronteiriça e infraestrutura. Em 2009, o Presidente Lula inaugurou ponte sobre o Rio Tacutu, que une as cidades vizinhas de Bonfim e Lethem. Hoje, merece destaque a pavimentação em curso do trecho Mabura Hill-Linden (122km) da estrada de terra Lethem-Linden, que conecta Roraima, por meio da cidade fronteiriça de Bonfim, com a capital guianesa, Georgetown, às margens do Caribe. Financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), os trabalhos se iniciaram em agosto de 2022 e se espera que sejam concluídos em 2025.

O Governo brasileiro tem presente que o futuro acesso terrestre ao Caribe representaria forte estímulo ao comércio para além do espaço sul-americano, permitindo novas rotas e a redução de custos e do tempo de transporte rumo ao mercado caribenho, da América Central e, eventualmente, europeu e da América do Norte. Trata-se de tema de grande interesse para estados da Região Norte, em particular Amazonas e Roraima.

Ainda com relação à integração viária, está em curso diálogo entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Ministério de Segurança Pública guianês sobre o Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre Brasil e Guiana, assinado em 2003 e já em vigor. Para avançar na sua implementação os dois países precisam estabelecer protocolos comuns sobre assuntos como emissão de licenças para início de operação de serviços, documentos de porte obrigatório de condutores, modelos de inspeção técnica, fretamento, seguro e questões aduaneiras. Atualmente, o transporte de cargas é ainda realizado por transbordo na

fronteira.

A pavimentação da rodovia articula-se, ainda, com a construção em curso de novo porto na cidade de Berbice, além da proposta de futuro porto de águas profundas na costa guianesa, para escoamento de petróleo e movimentação de contêineres, inclusive de cargas agrícolas. De outra parte, a construção de ponte sobre o rio Corentine – a iniciar-se este ano e que integrará rodovias da Guiana e do Suriname, ligando Georgetown a Paramaribo – também contribuirá para a melhor integração do Brasil com os países do Escudo das Guianas.

Ainda no tocante à integração física, foi assinado, em 2020, memorando de entendimento para a realização de estudos técnicos de viabilidade para a instalação de rota óptica de Boa Vista a Georgetown. A iniciativa, no âmbito do programa "Norte Conectado", reduziria a vulnerabilidade da conectividade digital na Região Norte, ao eliminar transtornos causados por eventuais rompimentos do cabo Manaus-Boa Vista.

Segurança e Defesa

A cooperação relacionada à segurança pública entre os dois países tem ganhado importância em vista da ocorrência de ilícitos na região de fronteira, como contrabando, mineração ilegal, tráfico de drogas e de pessoas. Em novembro de 2020, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica Internacional entre a Polícia Federal e a Unidade Aduaneira Antinarcóticos da Guiana (CANU).

Em julho de 2022, o Ministro de Assuntos Internos da Guiana, Robeson Benn, compareceu ao 1º Encontro Ministerial contra o Crime Organizado Transnacional na América do Sul, em Brasília, ocasião em que foram assinados dois acordos de cooperação interinstitucional que envolvem a Força Policial da Guiana: um com a Polícia Federal e outro com a Polícia Rodoviária Federal.

É também de interesse dos dois países fortalecer a já madura cooperação bilateral em matéria de defesa. A atuação nesta área está amparada no Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 2009. A renegociação do Acordo, já em etapa avançada, propiciará o marco legal para o seguimento desta vertente da cooperação, de que são exemplos as operações conjuntas entre o Exército Brasileiro e a Força de Defesa da Guiana e a cooperação entre os dois países para a formação de militares da Guiana.

Com o recente ingresso da Guiana no grupo de países exportadores de petróleo, surgem oportunidades no país vizinho de venda de produtos e serviços na área de defesa. Outras potenciais oportunidades para empresas brasileiras de defesa incluem o reaparelhamento da Guarda Costeira guianesa com embarcações para proteção das plataformas de petróleo e equipamentos para aprimorar a vigilância de fronteiras e do espaço aéreo e marítimo.

Cooperação técnica e humanitária

O programa bilateral de cooperação técnica foi renovado em 2017, com a negociação de três novos projetos: (i) Capacitação para apoio ao controle e à erradicação da Mosca da Carambola na Guiana; (ii) Capacitação em estruturas institucionais e políticas para a gestão de recursos hídricos na Guiana; e (iii) Apoio à

certificação de sementes, análise de risco de pragas e melhoria dos serviços de sanidade vegetal na Guiana. Atualmente, o programa bilateral conta também com dois projetos sobre questões fitossanitárias.

Em 2018, concluiu-se a perfuração pelo Exército brasileiro de oito poços artesianos na região do Rupununi. A perfuração foi acompanhada de treinamento e capacitação de oficiais guianeses na perfuração, manutenção e operação de poços. Estima-se que o projeto tenha beneficiado cerca de 10 mil pessoas, em sua maioria indígenas, em comunidades próximas à fronteira com o Brasil.

Com vistas a renovar o programa bilateral, a ABC propôs à Guiana negociar, em 2022, até quatro novas propostas de projetos, a serem aprovadas por ocasião da II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil–Guiana. O encontro deverá ser novamente proposto para realizar-se em 2023.

O Brasil tem feito frequentes doações de vacinas e medicamentos como antirretrovirais e antimoníaco de meglumina, para o tratamento da leishmaniose.

Cooperação energética

No contexto da descoberta de grandes jazidas de hidrocarbonetos pela Guiana, que impulsiona crescimento econômico e desenvolvimento social no país vizinho, Brasil e Guiana vêm explorando possibilidades de cooperação no setor de energia. A Petrobras, que tem destacada capacidade tecnológica na exploração offshore, acompanha com interesse a evolução do setor na Guiana e mantém diálogo com as áreas técnicas guianesas.

De outra parte, a possível interconexão elétrica entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa é objeto do projeto Arco Norte, que se baseia no diagnóstico inicial de que, para dar viabilidade comercial a empreendimentos hidrelétricos na região, seria necessário sistema de transmissão de aproximadamente 1.800 km. Em 2013, empresas de energia dos países envolvidos, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o BID assinaram Memorando de Entendimento para viabilizar estudo de pré-viabilidade. Novo memorando de entendimento sobre o assunto foi assinado no final de 2019.

Temas migratórios e consulares

Ao longo das últimas décadas, a comunidade brasileira na Guiana cresceu, atraída principalmente por atividades ligadas à mineração de ouro. O número estimado de brasileiros residentes na Guiana é de entre 8 e 15 mil. A imprecisão no número explica-se pelos fluxos migratórios pendulares e sazonais, pela dificuldade de um levantamento confiável, já que uma parte considerável se encontra em regiões de difícil acesso no interior do país, e pelo fato de as autoridades guianenses não terem dados sobre a presença de brasileiros, cuja maioria (estima-se que 70%) não tem seu *status* migratório regularizado. Os locais de maior concentração de brasileiros são Georgetown, onde a população brasileira recebe assistência do setor consular da Embaixada; Bartica, cidade à margem do rio Essequibo; e a região de Lethem, na fronteira com o Brasil, onde o Ministério das Relações Exteriores abriu Vice-Consulado em 2008.

POLÍTICA INTERNA

A sociedade guianense é étnica e religiosamente diversa, abrangendo indo-guianenses, afro-guianenses, mestiços-guianenses, indígenas ameríndios e outros. A Guiana tem baixa densidade populacional, com 90% de seus aproximadamente 808 mil habitantes vivendo na estreita planície costeira, que representa 10% da área do país.

A República Cooperativa da Guiana adota sistema semipresidencialista unicameral, com a eleição do Presidente pelo partido ou coligação com maioria na Assembleia Nacional. As mais altas autoridades do Executivo são o Presidente, o Primeiro-Ministro e o Vice-Presidente.

O cenário político da Guiana segue polarizado em torno de dois partidos principais, que se caracterizam, sobretudo, por representar diferentes grupos étnicos que compõe a população do país e não diferentes ideologias: o PNC (*People's National Congress*, ligado à população afro-guianense), por um lado, e o PPP/C (*People's Progressive Party/Civic*, associado à comunidade de origem indiana), por outro.

O país viveu, a partir de dezembro de 2018, um período de crise política, em função de uma moção de desconfiança contra o então Presidente David Granger (PNC), que deveria ter levado a novas eleições em 90 dias. Contudo, Granger contestou a legalidade da moção de desconfiança junto ao judiciário guianense e postergou o lançamento das eleições gerais até março de 2020.

Realizadas as eleições, em 2 de março de 2020, que deram a vitória ao PPP/C, os correligionários de Granger alegaram fraude na apuração e recorreram diversas vezes ao Judiciário para tentar impedir a declaração dos vencedores. O processo de apuração estendeu-se até fins de julho de 2020. Houve manifestações de Brasil, Estados Unidos, União Europeia, Canadá, Reino Unido, da missão de observadores da OEA e da CARICOM, no sentido de assegurar uma transição pacífica do poder na Guiana.

Esgotados todos os recursos, Irfaan Ali (PPP/C) foi empossado em 3 de agosto de 2020. O programa anunciado pelo novo governo estabeleceu prioridades no campo político e econômico-social, sob o slogan "One Guyana", com o objetivo principal de unir o país em torno da integração de regiões e etnias, pela redução de disparidades e dissidências. Nesse sentido, foram lançados programas de distribuição de renda, aumentos salariais para os servidores públicos e professores, redução de impostos e taxas sobre serviços públicos e gêneros alimentícios, construção de casas populares, incentivos à produção no setor de mineração e agricultura. Foram prometidas, igualmente, reformas eleitorais e constitucionais, para evitar novas crises, e apurar responsabilidades.

A crise eleitoral coincidiu com o início da pandemia de COVID-19. Com as medidas sanitárias que tiveram de ser adotadas no país, foi postergada a implementação dos planos e propostas do novo governo. De igual maneira, foram mais limitados os efeitos do início da extração de petróleo sobre a economia e a sociedade guianenses em 2020 e 2021. Nos anos seguintes, diante do cenário de forte crescimento, vem-se observando demandas crescentes sobre os quadros reduzidos da estrutura governamental e da mão de obra especializada no país, déficit que tem

impacto na execução de projetos em infraestrutura, saúde, educação, produção industrial, energia, transportes e construção civil.

De maneira geral, a avaliação do governo Ali é positiva. Os números da economia refletem-se favoravelmente na aprovação do seu governo. Espera-se que os benefícios sociais venham a ser colhidos gradualmente.

POLÍTICA EXTERNA

A Guiana tem demonstrado crescente interesse em fortalecer a dimensão sul-americana de sua política externa, compromisso sempre enfatizado nos contatos em alto nível com o Brasil. Numa lógica de círculos concêntricos, o país tem explorado também a identidade amazônica nos debates globais. Essas geometrias são complementares à prioridade conferida pelo país ao âmbito caribenho e à Comunidade do Caribe (CARICOM) – a Guiana tem no Caribe um dos principais espaços de sua atuação externa. Com o “boom” da exploração de hidrocarbonetos, a Guiana vem recebendo maior atenção dos países produtores de petróleo, de países membros da União Europeia e de potências extrarregionais.

Questão do Essequibo

A questão do Essequibo é o principal contencioso da política externa da Guiana. A Venezuela reclama cerca de dois terços do território guianês para si, contestando laudo arbitral de juízes britânico, norte-americano e russo que, em 1899, quando a Guiana era ainda colônia britânica, reconheceu a região a oeste do Rio Essequibo como parte da Guiana Inglesa. Em 1966, os dois países assinaram o Acordo de Genebra, que previa bons ofícios do Secretário-Geral da ONU para dirimir a questão. Os esforços de mediação não tiveram êxito. Com a descoberta de petróleo na Zona Econômica Exclusiva da Guiana em 2015, o tema voltou à tona. Em 2018, a Guiana submeteu à Corte Internacional de Justiça (CIJ) demanda contra a Venezuela na qual pediu à Corte que confirme a validade e o efeito vinculante da decisão arbitral de 1899. Em dezembro de 2020, a CIJ considerou-se competente para julgar a questão. O Governo venezuelano apresentou formalmente objeção preliminar à decisão da CIJ, a qual foi rejeitada pela corte em 6 de abril de 2023.

A postura brasileira tem sido a de favorecer a solução pacífica da controvérsia, com respeito ao princípio da integridade territorial e a manutenção da paz e da segurança na região.

Situação na Venezuela

A relação com a Venezuela é tema relevante na agenda diplomática regional da Guiana. Num primeiro momento, a Guiana associou-se à declaração que considerou ilegítimas as eleições presidenciais de 20 de maio de 2018. A despeito disso, a Guiana não reconheceu Juan Guaidó como presidente interino e preservou as relações com o governo venezuelano, optando por associar-se à posição da CARICOM. A Guiana não tem sido particularmente atingida pelo êxodo venezuelano.

Suriname

Com relação a outro vizinho da Guiana, o Suriname, apesar de questões lindeiras bilaterais ainda por resolver-se (disputa pela região do New River Triangle/Trigi), os dois países vêm estreitando seus laços, reforçados em sucessivos encontros entre Irfaan Ali e o Presidente surinamês Chan Santokhi. A agenda de cooperação bilateral é composta de diversos projetos que visam aprofundar a integração, com possibilidades de exploração conjunta de petróleo e de compartilhamento de infraestrutura de fibra ótica. Em junho, os dois países anunciaram que terá início, antes do final do ano, a construção da ponte sobre o rio Corentine, que ligará os dois territórios.

Estados Unidos

As relações com os Estados Unidos passam por momento positivo, na sequência da declaração de Washington em favor do respeito aos resultados das eleições de 2020, que deram a vitória ao PPP/C. No que tange à contenda sobre o Essequibo, os Estados Unidos manifestaram apoio à manutenção do laudo de 1899, favorável à Guiana. Na agenda econômica, destaca-se a concessão à ExxonMobil da exploração de parcela importante das novas reservas de petróleo no país. A empresa norte-americana tem realizado atividades de prospecção em áreas marítimas que são contestadas pela Venezuela.

China

A China tem procurado consolidar sua presença econômica na Guiana, que abriga considerável contingente de imigrantes chineses, entre descendentes dos que chegaram ao país no século XIX e imigrantes mais recentes, que tencionam aproveitar novas oportunidades econômico-comerciais no país. A presença chinesa tem contribuído para o crescimento da Guiana, com destaque para os investimentos no setor de infraestrutura.

Em julho de 2018, Guiana e a China assinaram memorando de entendimento no âmbito do *Silk Road Economic Belt* e do *21st Century Maritime Silk Road Initiative*. A iniciativa prevê recursos para a construção de um novo porto de águas profundas e a possibilidade de construção da nova ponte sobre o rio Demerara. A *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) detém 25% do consórcio liderado pela ExxonMobil, que controla o poço petrolífero de Stabroek. Empresas chinesas vêm participando também de licitações de obras de infraestrutura e urbanização.

CARICOM

A Guiana concede grande importância aos laços com os países caribenhos, nos planos bilateral e regional. Cabe recordar que a Comunidade do Caribe - CARICOM - tem sua sede em Georgetown.

O Embaixador do Brasil em Georgetown é também representante permanente do Brasil junto à Comunidade, desempenhando papel relevante para melhor articulação da diplomacia brasileira com a região. A I Cúpula Brasil-CARICOM, realizada em Brasília em abril de 2010 e com a presença de chefes de Estado e de Governo de 14

países do Caribe, é considerada um marco da relação do Brasil com aquela região.

Países pequenos, alguns com população de menos de cem mil habitantes, os membros da Comunidade consideram a atuação coordenada a melhor via para afirmarem sua presença no cenário internacional hemisférico e mundial. Atuam, assim, geralmente, como bloco coeso em foros internacionais. A CARICOM detém 44% dos votos na OEA e cerca de 7% dos assentos da ONU. Ao mesmo tempo, têm heterogeneidade significativa, sobretudo em matéria de desenvolvimento econômico e social.

A CARICOM tem-se envolvido ativamente em crises regionais, como a do Haiti, membro da comunidade. Após a indicação pelo Quênia, em julho, de disposição de liderar força multinacional no Haiti, Bahamas, Jamaica e Antígua e Barbuda sinalizaram que poderiam enviar tropas ao Haiti para integrar eventual força multinacional. A CARICOM divulgou comunicado saudando os anúncios.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após a descoberta de enormes jazidas de petróleo offshore, em 2015, a Guiana, ainda um pequeno país em desenvolvimento, com população reduzida, sérias deficiências em infraestrutura, baixos índices sociais e de crescimento econômico, constituiu-se em uma das economias mais dinâmicas do continente, com altas taxas de crescimento, passando a ser conhecida como a "Dubai da América do Sul".

O país é dotado de férteis terras agrícolas, valiosos recursos minerais, incluindo bauxita e ouro, extensas florestas tropicais, que cobrem 93,5% (FAO, 2021) do país, e das recentemente descobertas grandes reservas de petróleo e gás.

A população da Guiana é de pouco mais de 808 mil habitantes e apresenta baixas taxas de crescimento, em função de movimentos de emigração, em especial para os Estados Unidos. As taxas de desemprego tem oscilado entre 12% e 15% nos últimos anos, com 12,4% em 2022.

As jazidas de petróleo e gás offshore já descobertas (11 bilhões de barris) colocam a Guiana em 17º lugar em reservas comprovadas e em 31º lugar na lista de países produtores em 2022. A Guiana projeta alcançar a produção de 1,2 milhões de barris/dia em 2027 e 1,7 milhões de barris/dia em 2035. Atualmente, a produção é de 381 mil barris/dia. Em 2022 foram produzidos 101,4 milhões de barris de petróleo.

A produção de gás ainda não foi iniciada. A ExxonMobil pretende implementar, até o final de 2024, projeto que permitirá enviar, por pipeline, 50 milhões de pés cúbicos de gás para instalações em terra. Em 2023, a Guiana já prepara a oferta de novos blocos offshore.

A Guiana exportou petróleo no valor de USD 1,06 bilhões em 2020; USD 2,98 bilhões em 2021; e USD 9,98 bilhões em 2022. Em 2023, projeta-se que as exportações de petróleo alcançarão USD 11,33 bilhões.

Açúcar, ouro, bauxita, camarão, madeira e arroz completam a pauta exportadora do país.

A diversificação econômica além dos recursos naturais continua a ser um desafio. Os principais mercados de exportação da Guiana são Estados Unidos, Singapura,

Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Canadá. Os principais países fornecedores são Estados Unidos, Trinidad e Tobago, China, Japão e Reino Unido. As exportações guianesas são concentradas em poucos produtos. Segundo dados do Escritório de Estatísticas guianês, em 2021, segundo ano desde que o país iniciou a exportação de petróleo, dois produtos concentraram 88% das exportações (68,3% petróleo, totalizando USD 2,9 bilhões; e 19,7% ouro, totalizando USD 858 milhões). Devido à fragilidade de sua estrutura produtiva, a balança exterior guianesa costumava apresentar resultados negativos. Em 2020, contudo, o país alcançou finalmente equilíbrio comercial, registrando um primeiro superávit. Em 2022, segundo dados preliminares oficiais, as exportações alcançaram USD 11,3 bilhões e as importações totalizaram USD 3,6 bilhões (superávit comercial de USD 7,7 bilhões).

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Séc. XV	Habitada por arauaques, caraíbas e uaraus, a região é visitada por Cristóvão Colombo
1621	Começa a colonização por holandeses da Companhia das Índias Ocidentais. O cultivo da cana-de-açúcar é a base da economia.
1814	Território passa ao domínio inglês
1838	Após a libertação dos escravos africanos, são contratados indianos para trabalhar na agricultura.
1953	Guiana ganha limitada autonomia. A vitória eleitoral do Partido Progressista do Povo (PPP), de esquerda, conduz Cheddi Jagan ao cargo de primeiro-ministro.
1964	Congresso Nacional Popular (PNC) vence as eleições, e seu líder, Forbes Burnham, assume o governo. Crescem os conflitos entre o PPP e o PNC.
1966	Guiana proclama sua independência; Burnham nacionaliza os principais setores da economia e se aproxima do bloco socialista.
1968	Estabelecidas relações diplomáticas com o Brasil
1973	Burnham é reeleito.
1973	Guiana adere à Comunidade Caribenha (CARICOM)
1980	Burnham é eleito pela terceira vez
1980	Constituição inclui o Território Essequibo (em disputa com a Venezuela, objeto do Acordo de Genebra de 1966) dentro dos limites territoriais da Guiana.
1985	Morre Burnham, e é sucedido por Desmond Hoyte, também do PNC, que estende seu mandato até 1992.
1992	Cheddi Jagan (PPP), aliado ao movimento Cívico, é eleito presidente.
1992	Samuel Hinds é eleito primeiro-ministro (permanece no cargo até 2008, com exceção de curto período em 1997, no qual assumiu a Presidência, com a renúncia de Janet Jagan).
1997	Após a morte de Cheddi Jagan, sua esposa, Janet Jagan é eleita presidente
1998	Declarado estado de emergência em Georgetown, como resposta à escalada da tensão racial

1999	Janet Jagan renuncia por motivos de saúde e Bharrat Jagdeo (PPP), então ministro das Finanças, assume a Presidência.
2001	Bharrat Jagdeo é eleito presidente e PPP/Cívico conquista a maioria das cadeiras da Assembleia Nacional. O PNC não reconhece a derrota. Durante meses, há conflitos entre partidários dos dois grupos.
2006	Assassinado o Ministro da Agricultura da Guiana, Satyadeow Sawn. Adiadas as eleições gerais. Em função da legislação eleitoral, o Parlamento é dissolvido e o prazo constitucional para a realização do pleito eleitoral é dilatado.
2006	Jagdeo é reeleito, para mandato de 5 anos.
2007	É proferida sentença arbitral do Tribunal Internacional do Direito do Mar a respeito do diferendo marítimo com o Suriname. A sentença confere à Guiana direitos sobre a maior parte da área contestada.
2008	O chanceler Samuel Insanally reuncia ao cargo por motivos de saúde e é substituído por Carolyn Rodrigues-Birkett.
2008	O presidente Jagdeo e a nova chanceler participam da Reunião de Cúpula da UNASUL, em Brasília.
2011	Donald Ramotar, do PPP (partido de Bharrat Jagdeo), é eleito presidente.
2012	O candidato da APNU a presidente em 2011, David Granger, é escolhido líder da oposição.
2014	Partidos de oposição tentam aprovar moção de desconfiança contra o presidente, que suspende os trabalhos da Assembleia Nacional por seis meses. Ramotar anuncia convocação de eleições gerais para 2015.
2015	David Granger, da coalizão APNU-AFC, é eleito presidente, derrotando o partido PPP-C, do candidato e então presidente Donald Ramotar. É aprovada lei sobre lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Governo anuncia a realização de eleições locais em março de 2016.
2016	São realizadas eleições locais após hiato de mais de 20 anos. PPP obtém mais votos nacionalmente, mas coalizão APNU/AFC conquista esmagadora vitória em Georgetown, onde se concentra mais de 50% da população do país.
2018	Presidente David Granger indica que será candidato à reeleição em 2020. PPP apresenta moção de desconfiança contra o governo e obtém vitória por um voto. Governo questiona a validade da moção de desconfiança na Justiça. A Guiana submete memorial à Corte de Internacional de Justiça no âmbito de procedimento instaurado sobre a questão de Essequibo.
2019	Tribunal de Apelação da Guiana reverte decisão da Corte Suprema e considera inválida a moção de desconfiança aprovada contra o governo da coalizão APNU/AFC. Oposição ingressa com recurso na Corte Caribenha de Justiça (CCJ) contra decisão do Tribunal de Apelação.
2020	Em 2 de março, são realizadas eleições gerais no país.
2020	Em 2 de agosto, Mohamed Irfaan Ali (PPP/C) toma posse como Presidente.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1904	O Rei da Itália, Vitor Emanuel III, divulga, em 6 de junho, laudo arbitral relativo à questão da Guiana Inglesa (ou questão do Pirara), entre o Brasil e o Reino Unido, dividindo o território disputado - 3/5 para o Reino Unido e 2/5 para o Brasil.
1936	Assinado Acordo do Ponto de Trijunção entre Brasil, Países Baixos e Inglaterra, regulamentando a fronteira entre Brasil, Suriname e Guiana.
1968	Missão do Governo da Guiana, chefiada pelo Primeiro-Ministro Ptolemy Reid, visita o Brasil, no primeiro contato de alto nível entre os dois países. Na ocasião, é firmado acordo cultural e fica caracterizado o estabelecimento de relações diplomáticas.
1971	O Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson é o primeiro chanceler latino-americano a visitar a Guiana. Na ocasião, acorda-se o estabelecimento de uma comissão de cooperação econômica, a assinatura de um convênio cultural e inicia-se cooperação tecnológica e em matéria de transporte.
1982	Assinado, em janeiro, o Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu. O Chanceler Saraiva Guerreiro visita a Guiana e o Chanceler guianês visita o Brasil. São assinados Tratado de Amizade e Cooperação, Acordo Básico de Cooperação Técnica, Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, e memorando sobre interconexão dos sistemas viários brasileiro e guianês. Visita do Presidente da Guiana, Forbes Burnham, ao Brasil.
1988	O Presidente José Sarney visita a Guiana.
1993	Visita do Presidente Cheddi Jagan a Brasília.
2002	Visita do Chanceler Rudolph Insannaly a Brasília.
2003	Visita de trabalho do Presidente Jagdeo ao Brasil.
2005	O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Guiana.
2007	São retomadas as obras da Ponte sobre o Rio Tacutu. O Presidente Lula visita Georgetown para participar de Reunião de Cúpula do Grupo do Rio.
2008	O Presidente Bharrat Jagdeo participa, em maio, da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo na qual se firmou o Tratado Constitutivo da UNASUL, em Brasília. O Presidente Bharrat Jagdeo participa das cúpulas regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) na Costa do Sauípe, Bahia.
2009	Ponte sobre o Rio Tacutu é aberta ao tráfego de pessoas e veículos em julho e inaugurada pelos Presidentes do Brasil e da Guiana. A I Reunião do Comitê de Fronteira é realizada em novembro, em Boa Vista.

2010	Presidente Bharrat Jagdeo visita Brasília.
2011	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Georgetown, onde mantém encontros com o Presidente Bharrat Jagdeo e com sua homóloga Carolyn Rodrigues-Birkett.
2012	A Chanceler Carolyn Rodrigues-Birkett visita Brasília. Assinatura de Memorando de Entendimento entre Brasil e Guiana sobre projetos de infraestrutura.
2013	Na Cúpula do Mercosul, Guiana e Suriname tornam-se membros observadores do mecanismo. Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Guiana se encontram à margem da Cúpula do Mercosul, em Montevideu, e criam a Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura.
2015	O Presidente David Granger visita Brasília e mantém encontro com a Presidenta Dilma Rousseff, por ocasião de Cúpula do Mercosul.
2016	Visita do Ministro Mauro Vieira a Georgetown, ocasião em que é recebido pelo Presidente da Guiana, David Granger, mantém reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores da Guiana, Carl Greenidge, e visita o Secretário-Geral da CARICOM, Embaixador Irwin LaRocque.
2017	Visita ao Brasil do Vice-Presidente e Ministro das Relações Exteriores da Guiana, Carl Greenidge, e do Ministro de Infraestrutura, David Patterson. Visita ao Brasil do presidente da Guiana, David Arthur Granger.
2018	Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira à Guiana.
2019	O Vice Presidente e Chanceler Carl Greenidge representa a Guiana na posse do presidente Jair Bolsonaro. Na ocasião, manteve encontro de trabalho com seu homólogo, Chanceler Ernesto Araújo.

2020	Visita Oficial do ministro Ernesto Araújo à Guiana.
2022	Os Presidentes Jair Bolsonaro e Mohamed Irfaan Ali se encontram no Suriname, onde participaram de reunião com o Presidente do país anfitrião, Chandrikapersad Santokhi.
2022	O Presidente da República Jair Bolsonaro realiza Visita Oficial à Guiana.
2023	O PR Irfaan Ali participa de Cerimônia de posse do PR Lula, em Brasília.
2023	Em maio, visita Oficial do ministro Mauro Vieira a Georgetown.
2023	O PR Irfaan Ali participa da Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília. PR Lula e PR Ali mantêm reunião bilateral à margem da Cúpula.
2023	O Primeiro-Ministro guianês Mark Anthony Phillips participa da Cúpula da Amazônia, em Belém.

ACORDOS BILATERAIS				
	Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
1.	Convênio Cultural.	Guiana	28/08/1968	Em vigor
2.	Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Cooperação Econômica.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
3.	Ajuste Relativo à Execução de Projetos de Cooperação Técnica, Complementar ao Convênio Cultural de 28 de agosto de 1968.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
4.	Acordo Relativo ao estabelecimento de um Entrepósito de depósito Franco de Mercadorias Exportadas ou Importadas pelo Brasil.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
5.	Declaração Conjunta.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
6.	"Aide Memoire" sobre Cooperação Técnica entre os Dois Países.	Guiana	11/11/1971	Em vigor
7.	Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares	Guiana	10/05/1974	Em vigor
8.	Comissão Mista Brasileiro Guianense.	Guiana	13/07/1976	Em vigor
9.	Comunicado Conjunto	Guiana	13/07/1976	Em vigor
10.	Entendimento para Intercâmbio de Informações Geológicas.	Guiana	31/01/1979	Em vigor
11.	Acordo de Cooperação Sanitária.	Guiana	08/06/1981	Em vigor
12.	Acordo Básico de Cooperação Técnica.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
13.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
14.	Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Tacutu.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
15.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto de Ciências Aplicadas e Tecnologia (IASAT), de 29 de janeiro de 1982.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
16.	Comunicado Conjunto.	Guiana	29/01/1982	Em vigor
17.	Protocolo de Intenções.	Guiana	22/06/1982	Em vigor
18.	Acordo de Cooperação Amazônica.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
19.	Tratado de Amizade e Cooperação.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
20.	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 29 de janeiro de 1982, nas Áreas da Pesquisa e da Utilização de Recursos Energéticos.	Guiana	05/10/1982	Em vigor

21.	Acordo, por Troca de Notas, Relativo à Isenção da Taxa de Melhoramento de Portos para Mercadores em Trânsito pelo Porto de Manaus.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
22.	Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
23.	Memorando de Entendimento sobre a Interconexão dos Sistemas Viários Brasileiro e Guianense.	Guiana	05/10/1982	Em vigor
24.	Declaração Conjunta	Guiana	05/10/1982	Em vigor
25.	Comunicado Conjunto sobre as Conversações, durante a Visita do Senhor Ministro das Relações Exteriores, a Guiana, da Comunidade do Caribe, em 16 de setembro de 1988.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
26.	Comunicado Conjunto.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
27.	Programa de Trabalho em Georgetown.	Guiana	16/09/1988	Em vigor
28.	Acordo, por Troca de Notas, para a Criação de Grupos de Informação e Acompanhamento (CIACs).	Guiana	16/09/1988	Em vigor
29.	Declaração Conjunta.	Guiana	04/03/1989	Em vigor
30.	Declaração Conjunta	Guiana	04/10/1989	Em vigor
31.	Plano de Metas - 1989/1990.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
32.	Protocolo de Intenções Relativo à Cooperação Bilateral para Completar a Interconexão dos Sistemas Viários do Brasil e a Guiana.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
33.	Protocolo de Intenções na Área de Saúde.	Guiana	04/10/1989	Em vigor
34.	Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de um Grupo de Cooperação Consular.	Guiana	17/11/1993	Em vigor
35.	Comunicado Conjunto.	Guiana	18/11/1993	Em vigor
36.	Acordo, por Troca de Cartas, para a Reativação da Comissão Mista Brasil-Guiana.	Guiana	18/11/1993	Em vigor
37.	Comunicado Conjunto.	Guiana	25/08/1997	Em vigor
38.	Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	Guiana	20/05/1999	Em vigor
39.	Acordo, por troca de Notas, de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficial/Serviço Especial e Oficial de ambos os Países.	Guiana	20/05/1999	Em vigor
40.	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Cooperação entre a Polícia Federal do Brasil e a Força Policial da Guiana.	Guiana	18/04/2002	Em vigor
41.	Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Político de Consulta.	Guiana	02/10/2002	Em vigor

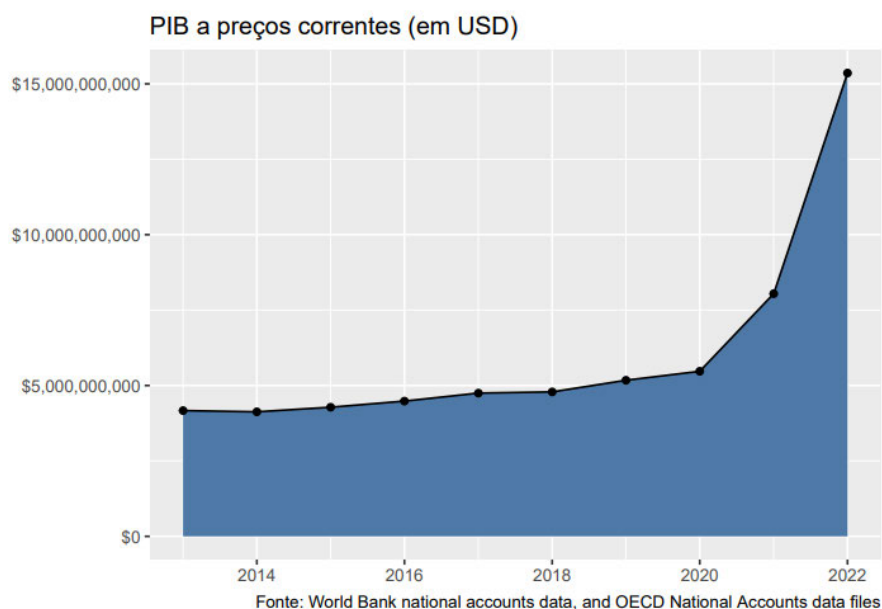
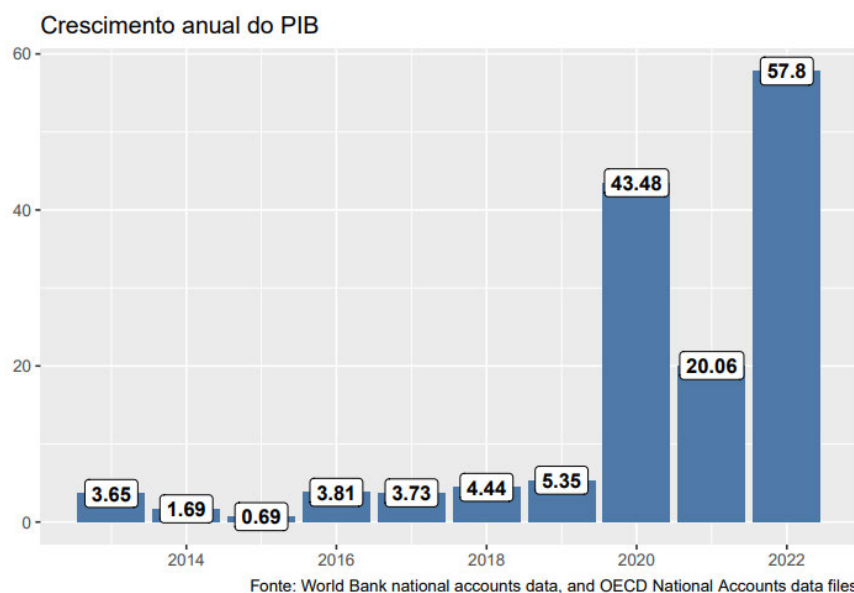
42.	Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas	Guiana	07/02/2003	Em vigor
43	Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos (2003)	Guiana	30/07/2003	Em vigor
44	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Gestão de Base de Dados de Produção de Gado Leiteiro e Vigilância de Doenças na Guiana.	Guiana	30/07/2003	Em vigor
45	Comunicado Conjunto por Ocasão da Visita de Estado à Guiana do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva	Guiana	15/02/2005	Em vigor
46	Acordo de Cooperação entre os Institutos Diplomáticos entre o Brasil e a Guiana	Guiana	15/02/2005	Em vigor
47	Programa Executivo Brasil-Guiana na Área da Educação	Guiana	15/02/2005	Em vigor
48	Ajuste Complementar na Área de Saúde ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Guiana	Guiana	15/02/2005	Em vigor
49	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível.	Guiana	12/09/2005	Em vigor
50	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Programa de Treinamento para Produtores em Técnicas de Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju na Guiana".	Guiana	12/09/2005	Em vigor
51	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana".	Guiana	12/09/2005	Em vigor
52	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aquicultura da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
53	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor

54	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Fortalecimento da Capacidade de Monitoramento da Comissão Florestal da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
55	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para Implementação do Projeto Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana	Guiana	07/10/2008	Em vigor
56	Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana no Setor Postal	Guiana	07/10/2008	Em vigor
57	Programa Executivo Relativo ao Convênio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para os anos 2009-2012	Guiana	14/09/2009	Em vigor
58	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a implementação do Projeto “Mapeamento Geológico e da Geodiversidade da Fronteira Guiana-Brasil”	Guiana	14/09/2009	Em vigor
59	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Implementação do Projeto “Manejo Integrado da Mosca da Fruta na Guiana”	Guiana	14/09/2009	Em vigor
60	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para a Promoção do Comércio e do investimento	Guiana	14/09/2009	Em vigor
61	Memorando de Entendimento entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República da Guiana para a criação do Comitê de Fronteira	Guiana	14/09/2009	Em vigor
62	Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República da Guiana na Área de Segurança Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal	Guiana	26/04/2010	Em vigor

63	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa Guiana para Cooperação na Área de Educação Física e Esportes.	Guiana	11/08/2011	Em vigor
64	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana sobre projetos de infraestrutura na Guiana	Guiana	05/12/2012	Em vigor
65	Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativa da Guiana.	Guiana	28/06/2017	Em vigor.
66	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Implementação do Projeto "Apoio à Certificação de Sementes, Análise de Risco de Pragas e Modernização dos Serviços de Fitossanidade na Guiana".	Guiana	28/06/2017	Em vigor
67	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana para a Execução do Projeto "Tecnologia para Combate aos Efeitos da Seca na Região 9 da Guiana"	Guiana	21/12/2017	Em vigor
68	Ajuste Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o da República Cooperativista da Guiana que Cria a "Comissão Mista Brasil-Guiana para o Desenvolvimento de Projetos de Infraestrutura"	Guiana	21/12/2017	Em vigor
69	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana	Guiana	13/12/2018	Tramitação Congresso Nacional
70	Memorando de Entendimento entre o Governo do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre Estudos de Viabilidade Técnica para Implantação de Rota Óptica de Boa Vista (Brasil) a Georgetown (Guiana)	Guiana	26/11/2020	Em vigor
71	Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa da Guiana sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil	Guiana	06/05/2022	Tramitação Ministérios/Casa Civil
72	Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Cooperativa	Guiana	06/05/2022	Tramitação MRE

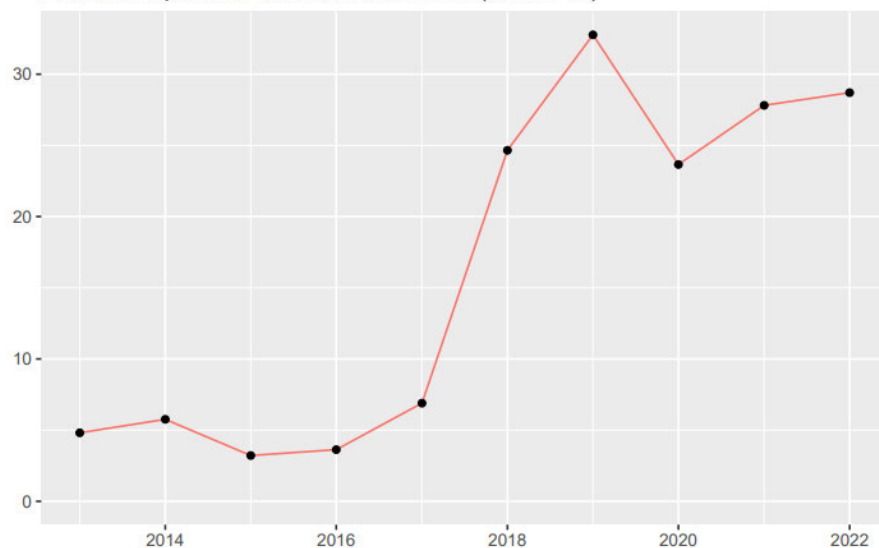
DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Produto Interno Bruto



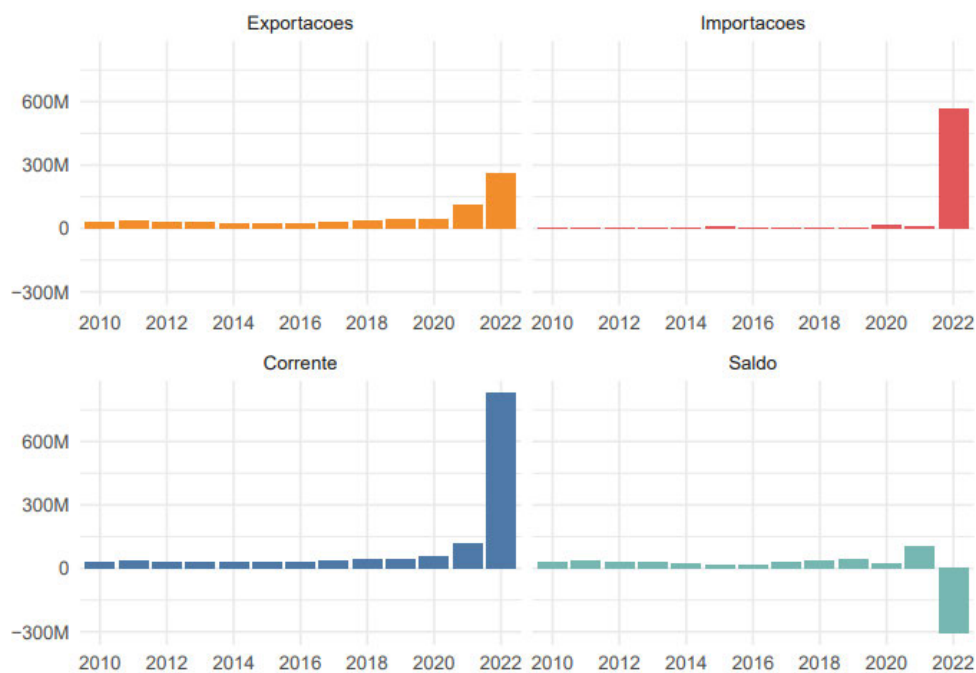
Fluxo de Investimentos

Entrada Líquida de Investimento Direto (% do PIB)



Fonte: International Monetary Fund, International Financial Statistics and World Bank and OECD GDP estimates.

Brasil-Guiana, Fluxo de Comércio até 2022



Fonte: Ministério da Economia